

AS COMEMORAÇÕES DO BICENTENÁRIO MEXICANO À LUZ DA HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

VITOR GOMEZ MIZIARA¹

Esta pesquisa é fruto de um projeto de PIBIC², realizado entre 2009/2010, com orientação da Professora Doutora Libertad Borges Bittencourt, que se insere em seu projeto *A Comunhão Comemorativa e a Releitura do Passado: Identidades e o Bicentenário das Independências na América Hispânica*.

Ao realizar uma pesquisa sobre os movimentos de independência na América Hispânica, a autora afirma que é de fundamental importância a análise do biênio 1808 – 1810, pois este período é marco para o entendimento das mudanças políticas desenroladas no continente, visto que é neste curto espaço de tempo que os *criollos*³ amadurecem a percepção de que não eram espanhóis, mas efetivamente americanos e se engajam nas lutas de independência. Conseqüentemente, a análise do biênio 2008 – 2010 torna-se também fundamental, pois marca um período de renovação de debates acerca da identidade latino-americana – a *hispanidad*.

O ano de 1810 é considerado o marco simbólico das independências – como o ano em que não havia mais volta – apesar das mesmas se efetivarem em anos diferentes, nos diversos países da região. Por conseguinte, o ano de 2010 foi considerado, por convenção, o ano chave das comemorações dos bicentenários de independência, devido à grande quantidade de marcos simbólicos neste período e, portanto, um ano de debates acadêmicos intensificados.

Diante da importância deste ano para o México, o então presidente Felipe Calderón afirmou em discurso que 2010 estava sendo considerado o *Ano da Pátria*, ao afirmar que

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás.

² Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica pela Universidade Federal de Goiás.

³ Elite local de descendentes de espanhóis, nascidos na América, porém, sem os mesmos direitos e privilégios daqueles nascidos na metrópole.

Somos mexicanos, temos 200 anos de ser livres, temos 100 anos de termos feito a revolução mexicana, que também comemoraremos, e este, espero que seja um melhor ano para todas e para todos. Celebramos 200 anos de sermos orgulhosamente mexicanos. 2010 é o Ano da Pátria, no qual celebraremos o “ser mexicano” com espírito festivo e com ânimo renovado.

Em entrevista a um sítio do governo mexicano, Manuel Ramos Medina⁴, quando questionado sobre o que deveria ser reforçado pelas comemorações de 2010, afirma que a vida dos heróis deveria ser ressaltada, porém, devia-se: “reconstruir e devolvê-los a vida. Mas deve-se tomar cuidado para não inventar mentiras. Há que respeitar nossos heróis, e não elevá-los aos altares da pátria, sem dar-lhes seu justo valor para que, como indivíduos que foram, nos sejam ainda mais atrativos e exemplos a seguir.”

Este reforço nos aspectos heróicos de distintos líderes pode ser evidenciado na apresentação de um sítio do governo mexicano, intitulado *bicentenário*, que destaca: “Desde 1810, o México nos dá motivos para nos sentirmos orgulhosos de ser parte daquilo pelo que Hidalgo, Morelos e outros iniciadores do movimento de Independência, alguma vez sonharam.”

Nesse contexto, é interessante refletirmos sobre o papel do “herói”, que na maioria dos casos de lutas de independência era um líder militar. À época das lutas, esses homens eram vistos como libertadores da opressão espanhola, defensores das causas populares americanas. Todavia, após a vitória nas lutas, esses mesmos homens foram esquecidos, exilados, executados por serem acusados da ruína em que se encontravam as jovens nações. Apenas algumas décadas posteriores ao fim das lutas, a sociedade hispano-americana percebeu a necessidade de elevar esses homens aos panteões nacionais, valorizando suas trajetórias singulares. Esta necessidade é percebida também na preocupação do governo de 1910 em deixar à posteridade suas memórias.

Os países⁵ participantes das festividades uniram-se no principal objetivo das comemorações: o fortalecimento da *hispanidad*. Para divulgar seus trabalhos, as comissões das comemorações criaram fontes de divulgação – portais eletrônicos – nos quais fornecem informações acerca do desenvolvimento das efemérides. Estas

⁴ Doutor em História pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris e professor de cátedra do ITAM – Instituto Tecnológico Autónomo de México, em entrevista à www.bicentenario.com.mx

⁵ São nove países hispano-americanos que comemoram seus bicentenários em 2010: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, México, Paraguai e Venezuela, além da própria Espanha.

informações – planejamentos das festividades, funções das comissões, entre outros – possibilita-nos um panorama continental, que facilita o estudo dos eventos e a visualização dos objetivos em comum.

Podemos destacar, segundo Jaime de Almeida (2006), que a questão das comemorações dessas efemérides, apesar de ocorrerem em um período curto e ao mesmo tempo vasto, atrai um número significativo de historiadores que se dedicam a estudar este campo e que se deparam com um leque de perspectivas.

Ankersmit (2002) destaca que as comemorações nos remetem de volta ao passado, com a pretensão de nos fazer manter uma espécie de comunicação com este mesmo passado. Ao comemorarmos, nos aproximamos das pessoas às quais estamos prestando homenagem, mesmo que por breves instantes. Nesse passo, para Guerra (2003), as comemorações realizadas no passado são precedentes das atuais, possibilitando informações inéditas e renovadas acerca do discurso histórico. Estas comemorações auxiliam a identificar os atores históricos e a nos aproximar das atitudes e das crenças do passado.

Neste ponto, é interessante fazer uma rápida análise sobre as lutas de independência e revolução mexicanas, a fim de explicitar o emblemático caso mexicano, que, em 2010 conferiu espaço, nas comemorações de seu Bicentenário de Independência e de seu Centenário de Revolução, à rememoração da participação popular das lutas dos dois movimentos.

A luta pela independência mexicana teve um caráter singular, na medida em que se iniciou nos setores populares. Deste modo, o projeto de independência visava, além da separação da metrópole, reformas sociais. O principal ator histórico das lutas iniciais de independência foi o padre Miguel Hidalgo y Costilla, que promoveu o levantamento popular de índios e mestiços contra espanhóis, fazendeiros e aristocratas. Promovia também grupos de discussão, a partir dos quais nasceram as idéias independentistas contra o domínio político e econômico espanhol.

A Revolução Mexicana foi a primeira grande revolução social do século XX e teve como uma das principais características a participação de indígenas e camponeses nas lutas contra a aristocracia mexicana, onde, dentre as várias reivindicações, buscavam exterminar a hierarquia militar mexicana, eliminando um foco de ambição e instabilidade.

Sobre esta perspectiva da participação popular – em especial a do indígena – Ohmstede (2009), destaca que a historiografia acerca do tema discute amplamente o papel deste grupo social nas lutas. O autor oferece diversos exemplos de autores que defendem o fato de que os indígenas insurgentes não foram omissos às lutas e que não tomavam decisões de acordo com o grupo que estava conquistando mais vitórias, como é difundido. Pelo contrário, demonstra que os indígenas estavam cientes do que ocorria e que havia dissidências internas de lealdade, a favor e contra o movimento. Ohmstede aponta também vários autores que argumentam que “*los de abajo*”⁶ firmavam alianças e propunham novas formas de protestos políticos. Estas afirmações permitem, a nós historiadores, assegurar que o papel do cidadão – seja ele camponês, mestiço, espanhol ou indígena – nos movimentos, foi muito mais do que aquilo difundido pela historiografia e até mesmo pelos próprios atores históricos, que os consideravam como sujeitos de “periferia / fronteira”.

De acordo com Helenice Rodrigues da Silva

[...] as comemorações nacionais oferecem exemplos pertinentes, uma vez que elas são objeto de interesses em jogo [...]. O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se, portanto, nesse processo de “memoração” social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras [...], e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais. [...] Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador. [...] Na realidade, não se celebrou uma simples data de aniversário [...], mas uma história nacional. (SILVA, 2002: 432)

Diante desta perspectiva da “memoração”, Guerra (1994) exemplifica-o com o caso da América, onde o autor destaca que, pelo fato das crises políticas, sociais e culturais que assolaram o continente, sobretudo a Conquista e a Independência de suas nações, faz-se importante a utilização da memória seletiva, culminando no “esquecimento das civilizações e culturas pré-colombianas após a Conquista, e esquecimento do período colonial após a Independência.” (GUERRA, 1994: 11)

Apesar de se tratar de um tema sobre história do tempo presente, vários autores se empenharam em pesquisar a temática dos bicentenários latino-americanos. Com relação ao caso específico do México, poucas referências foram encontradas.

⁶ Bittencourt (2008)

Segundo Bittencourt, no projeto que serve de embasamento para esta pesquisa, aborda que sua pretensão para com o estudo do país é:

[...] indagar sobre a independência mexicana, que tem início com Hidalgo e seu Grito de Dolores, passando por Morelos, até chegar a Iturbide, onze anos depois. O México é emblemático porque, quando Porfírio Díaz colocava em marcha seu projeto comemorativo do centenário da independência do país, estourou a Revolução mexicana de 1910, com profundos desdobramentos políticos e sociais. (BITTENCOURT, 2008: 2)

A questão das comemorações é abordada por Jaime de Almeida, em seu texto *O Segundo Centenário da Independência na América Latina, um desafio historiográfico*, no qual o autor afirma que o quadro das comemorações é complexo, pois, com a proximidade ou coincidência com comemorações de outros marcos históricos mundiais de grande impacto acadêmico – como os cinquenta anos da Revolução Cubana e o centenário da República Portuguesa – formam um desnorteante “jogo de espelhos”⁷ (ALMEIDA, 2006), de forma que as efemérides latino-americanas sofrem a refração das atenções de historiadores. Para o autor, o caso mais complicado é o do México, justamente pela coincidência dos fatos já destacados.

Diante destas perspectivas históricas, é possível uma análise de que a historiografia latino-americana sobre esta temática ainda não alcançou seu ápice de produção, visto que o processo ainda está se desenrolando e que, apesar das pesquisas já produzidas, a publicação das mesmas não se efetivou completamente, pois aguardam a conclusão das efemérides.

Segundo Mona Ozouf (1995), as festas são capazes de transformar o tempo, conseguindo fazer morrer o velho mundo e engendrar o novo. Uma problemática pertinente para tal afirmação é se este novo tempo que é engendrado não é igual, ou uma aproximação do velho; o objetivo desta transformação é justamente o de diferenciar o antigo do novo, para que os feitos do velho não se repitam.

O fato de esta pesquisa encontrar-se no interior da temática do tempo presente possibilita muitas alternativas, uma vez que as produções bibliográficas se

⁷ Segundo Jaime de Almeida, este jogo espelhos consiste no enorme leque de oportunidades de pesquisa para historiadores, possuidor de dois lados: um positivo, pelo aumento do número de trabalhos e a conseqüente divulgação do tema; e um negativo, pois, devido ao limitado número de pesquisadores, e ao grande número de festividades, não é possível o aprofundamento de várias pesquisas em uma única celebração, o que forneceria, posteriormente, uma possível comparação entre os trabalhos.

intensificarão com a concretização das comemorações. Todavia, uma nova problemática se apresenta: como analisar estas novas bibliografias, uma vez que seus autores foram autores históricos – ainda que secundários ou com certo distanciamento espaço-temporal – dos processos de comemoração?

Uma segunda problemática é: passadas as comemorações, permanece este sentimento de amalgamento entre as camadas da população? O indígena está sendo lembrado como ator histórico, ou está, novamente, relegado à marginalização? Como está se dando, tanto em meio acadêmico quanto social, a continuação deste sentimento patriótico e fraternal que se encontrava presente no momento de efemérides?

Outra problemática também se refere ao período de pós-comemoração, cabendo ao historiador realizar um balanço e analisar se a pretendida participação popular efetivou-se ou não. Quais os grupos realmente foram incluídos nas comemorações? Será que, como diziam as autoridades, nenhum cidadão foi excluído do processo, nem mesmo os marginais, pobres, índios, presidiários, analfabetos, homossexuais, entre outros? Estas problemáticas se fazem pertinentes para a produção desta pesquisa, uma vez que o discurso oficial do governo mexicano proclamava a especificidade também no âmbito dessas celebrações no país, no sentido de um conagraamento que superasse estereótipos de toda ordem.

Devido ao curto tempo que separa esta pesquisa de seu objeto, apenas algumas respostas foram elencadas para estas problemáticas. O governo mexicano divulgou em sítios eletrônicos que suas celebrações estavam sendo pensadas em três linhas fundamentais. A primeira era a de aprofundar o conhecimento dos acontecimentos históricos. A segunda era a inclusão da expressão de todas as formas que refletissem a diversidade cultural do país. E a terceira destacava a criatividade pessoal e coletiva nas áreas de educação, arte, cultura, ciência, turismo, biodiversidade, saúde, desenvolvimento social e esporte.

As atividades programadas incluíam um abrangente programa editorial, diversas atividades acadêmicas, além de espetáculos e exposições. Foram desenvolvidos três programas especiais, dirigidos às comunidades indígenas, às comunidades mexicanas residentes no exterior e à participação dos países iberoamericanos. Entre as iniciativas estavam ainda a catalogação e digitalização dos arquivos relativos à Independência e à Revolução e o registro dos costumes da época.

As comemorações reforçam temas e laços nacionais, particularmente em momentos de crises, o que contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento e de identidade de um povo. Na América Latina, a busca por este endosso do sentimento nacionalista, reforça também a ideia de povo, especialmente em nações com uma hierarquização social excludente e com um contingente expressivo de ameríndios, como é o caso do México, que merece especial atenção, pois, segundo Bittencourt (2008), na época das comemorações do primeiro centenário de independência, estava sendo debatida a construção de uma identidade nacional, com base no fortalecimento étnico, numa valorização da mestiçagem, visto que a elite *criolla* havia criado e difundido um sentimento nacional excludente em relação aos índios.

O estudo das comemorações permite discutir a presença das camadas populares e sua relativa importância no âmbito da construção desta identidade nacional, pois desde o início do século XXI, o governo mexicano, juntamente com entidades culturais e universidades, se engajava na criação de comissões especiais das comemorações de 2010, responsáveis pela organização das festividades e do cumprimento do objetivo geral. Vale lembrar que somente nas últimas décadas do século XX, alguns países passaram a reconhecer o caráter multicultural das sociedades latino-americanas.

De maneira geral, o estudo comparativo de efemérides de grande impacto social e acadêmico permite adentrar no vasto campo representativo das comemorações. O ato de comemorar nos leva a revalorizar o passado, tendo em vista os desafios do presente e as perspectivas do futuro. Para os historiadores é extremamente importante o levantamento deste tipo de discussão para que possamos visualizar como determinados aspectos histórico-sociais estão sendo retomados por governos e população, de forma a impedir que cometam anacronismos ou que distorçam a perspectiva histórica dos próprios eventos que se busca rememorar.

Nesta pesquisa, as comemorações estão sendo representadas como festas cívicas capazes de repensar a identidade nacional e que permitem o surgimento de novas visões sobre o passado. A perspectiva é de que contribuam para uma reflexão permanente, no sentido de tornar a sociedade menos segregada e mais inclusiva, além do nível meramente retórico.

Neste sentido, a hipótese que embasa essa reflexão sustenta-se em declarações oficiais do governo mexicano afirmando que essas comemorações se pautaram por um chamamento às camadas populares, numa aproximação histórica aos segmentos que deflagraram o movimento independentista e revolucionário. Considerando-se as dificuldades do governo em propor medidas que superassem os desníveis sociais e regionais, o chamamento a uma comemoração da magnitude e com a ênfase proposta tinha como suporte a ideia de que um marco histórico como essa dupla comemoração poderia reforçar um sentimento identitário mais inclusivo, desdobrando-se em medidas permanentes, que contem com a anuência e boa vontade geral dos mexicanos. Nesse sentido, a par dos sentimentos de mobilização coletiva em torno das celebrações o objetivo era prolongar essa perspectiva, possibilitando medidas de médio e longo alcance para unir uma população dispersa num país com uma geografia complexa, que isola várias regiões do eixo do poder.

Os aportes teórico-metodológicos desta pesquisa se fundam na categoria da História do Tempo Presente, transformando-se em uma das maiores dificuldades no estudo de acontecimentos históricos contemporâneos. Em nosso caso, é difícil o acesso às fontes documentais advindas dos centros intelectuais latino-americanos, que enfocam as celebrações de 2010, visto que o ápice das comemorações ainda não foi totalmente compreendido pelos estudos acadêmicos que as tem como objeto de estudo. Desta forma, a maior parte dos documentos históricos utilizados, trabalha as relações do passado do país, analisando como o governo mexicano atuou em 1910, de forma a buscar um modelo a ser evitado, de certa forma, pelo governo de 2010, a fim de que a segregação do primeiro centenário não se repetisse nestas que estavam sendo consideradas comemorações integracionistas.

A tipologia das fontes que dá sustentação a este artigo foi construída a partir de consultas a acervos digitais em portais eletrônicos do governo mexicano, destinados às celebrações de 2010, aliadas à pesquisa e análise de fontes documentais – artigos e livros nas áreas de História da América, memória e comemoração. Neste contexto, procuramos estabelecer um diálogo entre pesquisadores latino-americanos e brasileiros, que discutissem os campos teóricos e os eventos comemorados.

Para melhor explicitar a categoria na qual esta pesquisa se enquadra, escolhemos a obra *História do Tempo Presente*, organizada por Gilson Pôrto Jr.⁸, que reúne dezessete ensaios sobre a temática. Destes, selecionamos quatro ensaios, com perspectivas mais teóricas.⁹

No prefácio da obra, o autor aponta, tanto para a multiplicidade do *tempo*, uma vez que este pode ser considerado um “período que vai de um acontecimento anterior até um posterior” (PÔRTO, 2007: 10) como também a utilização de *tempo* como “uma “mudança contínua”, transformando o hoje no ontem, o presente no passado.” (PÔRTO, 2007: 10). “Seja qual for a concepção de tempo que se assuma, uma coisa é certa: ele é nossa matéria-prima e o ofício de historiador, ou mesmo de educador (pedagogo), o exercício constante de sua transformação.” (PÔRTO, 2007: 10)

Diante do tema, algumas questões são formuladas por Helena Isabel Muller (2007: 18): o que delimita as fronteiras? Quais são as datas que demarcam o presente do passado? O passado não é somente o que já aconteceu? Como deve agir o historiador na medida em que, ao estudar o tempo presente, muitas vezes ele é testemunha viva dos acontecimentos?

Ainda segundo Muller, existem dois importantes institutos históricos que discutem esta temática: o *Institut d’Histoire du Temps Présent* – na França – e o *Institute of Contemporary British History* – na Inglaterra. Procurando meios para responder a estas perguntas, estes institutos dividiram o pensamento historiográfico sobre Tempo Presente em dois grupos. O primeiro, parte do paradigma de *modernidade*, no qual os historiadores que pertencem ao ponto de vista liberal, social e conservador do pensamento histórico, são, em sua grande maioria, historiadores europeus do século XX e, como tais, consideram como marco que separa passado e presente – na pesquisa histórica – a Segunda Guerra Mundial – um acontecimento europeu do século XX. O segundo grupo, parte do paradigma da *pós-modernidade*; nesse cômputo, os historiadores não têm, necessariamente, as noções de passado e presente bem delimitadas. Para realizar esta escolha, o próprio objeto de estudo a informa, para então o historiador construir a temporalidade do objeto.

⁸ Especialista em Ensino de Filosofia e mestre em Educação pela UnB.

⁹ Os outros treze desenvolvem a temática com outras perspectivas: em sala de aula, relação com biografias, formação do pesquisador e professor ligados ao tempo presente, além de casos específicos dos países de origem dos autores dos ensaios.

Ao citar Lagrou¹⁰, Muller enfatiza que se deve definir o Tempo Presente como uma continuação entre o período estudado e o momento da escrita. A particularidade do historiador do tempo presente consistiria no que se pode chamar de unidade temporal do sujeito e do objeto, daquele que estuda e aquilo que estuda.

Neste sentido, o período estudado ainda não está encerrado, não existe aquela alteridade própria do estudo dos períodos mais remotos no tempo; as questões políticas, os paradigmas, a estrutura intelectual através da qual buscamos analisar o passado ainda são partes constitutivas do presente.
(MULLER, 2007: 21)

Ao citar outra importante autora, Agnes Heller¹¹, Muller afirma que a distinção entre o que é pertencente ao passado e o pertencente ao presente histórico é extremamente tênue. A delimitação de que tais acontecimentos pertencem ao passado ou ao presente é fruto de nosso interesse teórico e prático. Para a autora, a História

não é simplesmente a história de nosso passado, mas a história do passado de nosso presente e também do nosso presente. [...] a história do presente aparece como um estudo da história dos homens e mulheres que se dá em um passado sem fronteiras, construção de um corpo teórico apreendido por um historiador que é, ele mesmo, uma testemunha da história da humanidade enquanto presente, passado e futuro. (MULLER, 2007: 23 – 24)

Ao discutir a importância do passado, Muller afirma que o passado existe porque construímos uma identidade temporal ao trabalharmos determinada questão. Dessa forma, a História do Tempo Presente é uma prática contemporânea do historiador, no momento em que constrói um passado que é por ele narrado a partir de uma problemática também por ele criada. As fontes que serão trabalhadas na História do Tempo Presente ainda não estão entregues, arroladas, mas o historiador deve escolhê-las para responder ao problema. O presente torna-se passado não pela sua posição cronológica, ou pela distância entre o vivido e o estudado, mas pela construção realizada pelo historiador de seu objeto de estudo, da maneira pela qual o historiador vai olhar, ler e sentir as fontes.

¹⁰ Professor da Université Libre de Bruxelles e Pesquisador do Institut d'Histoire du Temps Présent;

¹¹ Professora de Sociologia da New School for Social Research, em Nova Iorque;

Diante destas afirmações sobre a História do Tempo Presente, torna-se visível e plausível que as respostas para as perguntas, hipóteses e para o objeto em si ainda não estejam prontas e acessíveis.

Um dos problemas a serem discutidos neste momento de pós-comemorações mexicanas é a problematização da forma como o governo mexicano celebrou o bicentenário da independência e o centenário da revolução, pois havia uma busca constante em agregar a participação popular a estas efemérides.

Em nosso caso, ainda não se completou um ano da data das comemorações, o que nos coloca em um momento de estagnação, pois nos encontramos naquele momento entre o acontecimento e a digestão do mesmo, para então começarem a surgir novas fontes e pesquisas acadêmicas. As poucas fontes encontradas são fontes jornalísticas e governamentais, o que nos coloca face ao problema das informações tendenciosas.

Porém, este limitado número de fontes – principalmente as iconografias jornalísticas – nos permite visualizar as tentativas do governo em alcançar o então objetivo da participação popular, uma vez que estas demonstram o engajamento social, político e cultural que foi alcançado, ao menos simbolicamente, durante as festividades.

Esta representação do engajamento é dita como simbólica pois, apesar do presidente Felipe Calderón ter conseguido reunir mais de um milhão de pessoas nas ruas da capital mexicana nos dias das comemorações, não podemos afirmar nem garantir que a participação popular se efetivou de maneira a integrar o sentimento de pertencimento à nação e às comemorações, pois acreditamos que grande parcela da população permaneceu marginalizada.

Diante destas colocações, uma questão nos instiga. Obviamente as comemorações iriam ocorrer como forma de celebração da chegada dos 100 e 200 anos. Mas será que o governo não se utilizou destas, como forma de mascarar determinados aspectos sócio-políticos, tais como as críticas que o atingia à época, devido às ondas de violência que assolavam o país em datas próximas às comemorações? A resposta para estas e outras perguntas exige uma distância temporal maior, a fim de que apareçam elementos que dêem indícios positivos ou negativos e que auxiliem na produção acadêmica.

Bibliografia

ALIMONDA, H. A Revolução Mexicana. Ed. Moderna. 2ª edição. 1986.

ALMEIDA, J. O Segundo Centenário da Independência na América Latina, um desafio historiográfico. In: *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Campinas, 2006.

ÁLVAREZ, I. ¿Si Acatamos la Constitución, Resistiremos!: Mayas Yucatecos Durante la Independencia. In: *Studia Historica – Historia Contemporanea*, vol. 27, Ed. Universidad de Salamanca, 2009, p. 177 – 206.

ANKERSMIT, F.R. Commemoration and National Identity. In: *Memória, identidade e historiografia*. Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, Brasília: UnB, 2002, vol. 10 n° ½. pp. 15 – 37.

ÁVILA, A. Las Revoluciones Hispanoamericanas vistas desde el siglo XXI. In: *Revista de História Ibero Americana*. pp. 4 – 27

BITTENCOURT, L. B. Indigenismo e Nacionalidade na América Latina. In: *História Revista: Revista do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História/UFG*. vol. 10, 2005. pp. 135 – 151.

BITTENCOURT, L. B. Entre as Memórias e as Identidades – As Comemorações do Bi-Centenário das Independências na América Hispânica e a Recorrente Exclusão de “Los de Abajo”. In: *Líber Intellectus*, ano 2, v. 1, n° 3, julho de 2008.

BITTENCOURT, L. B. A Comunhão Comemorativa e a Releitura do Passado: Identidades e o Bi-Centenário das Independências na América Hispânica.

BREÑA, R. Uma reflexão sobre as comemorações dos bicentenários, a questão do liberalismo (espanhol) e a peculiaridade do caso novo-hispânico. In: PAMPLONA, M. A. e MÄDER, M. E. (orgs.) *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: Nova Espanha*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pp. 183 – 212.

CREELMAN, J. Entrevista Díaz – Creelman. In: *Cuadernos del Instituto de Historia*, Série Documental, n° 2, UNAM, México, 1963. Disponível em: <http://www.bibliotecas.tv/zapata/bibliografia/indices/entrevista_diaz_creelman.html>

CURZIO, L. “O México no século XX: da revolução à democratização” In: AGGIO, A. e LAHUERRTA, M. (orgs). *Pensar o século XX – Problemas políticos e história nacional na América Latina*. SP: Ed. UNESP, 2003, p. 291 – 315.

FLORESCANO, E. 1810 – 1910 – 2010 – Conmemorar, Revalorar y Renovar – Nuestro Proyecto Colectivo de Nación. 2006, Disponível em: <<http://www.centenariosveracruz.gob.mx/modules/smartsections/print.php?itemid=1>>

GOUVÊA, M. F. S. Revolução e Independências: Notas sobre o Conceito e os Processos Revolucionários na América Espanhola. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 20, 1997.

GUERRA, F. X., ALMEIDA, J. (trad.). Memórias em Transformação. In: *Revista Eletrônica da Anphlac* – n° 3, 2003.

LAGROU, P. Sobre a atualidade de História do Tempo Presente. In: PÔRTO, G. J. (org.) *História do Tempo Presente*, Edusc, Bauru, SP, 2007, p. 31 – 48.

LYNCH, J. “As Origens da Independência da América espanhola” In: BETHEL, L.: *História da América Latina*, vol. III, EDUSP, 2001, p. 19 – 72.

MARTINS, E. R. Tempo e Memória: A Construção Social da Lembrança e do Esquecimento. In: *Líber Intellectus*, v. 1, n° 1, junho de 2007.

MULLER, H. I. História do Tempo Presente: algumas reflexões. In: PÔRTO, G. J. (org.) *História do Tempo Presente*, Edusc, Bauru, SP, 2007, p. 17 – 30.

OHMSTEDE, A. E; SOMOHANO, L. Lo Rural y lo Urbano en la Nueva España. Indígenas Insurgentes en las Huastecas y en la Ciudad de Querétaro. In: *Studia Historica – Historia Contemporanea*, vol. 27, Ed. Universidad de Salamanda, 2009, p. 135 – 176.

OZOUF, M. A Festa sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. 4. Ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995;

PRADO, M. L. C. Sonhos e Desilusões nas Independências Hispano-Americanas. In: *América Latina no Século XIX Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Ed. USP, 1999. pp. 53 – 73.

PUNTES, J. A. e GAVÍDIA, J. L. M. História e historiografia: construção de novas tendências teóricas. In: PÔRTO, G. J. (org.) *História do Tempo Presente*, Edusc, Bauru, SP, 2007, p. 297 – 310.

RICOUER, P. Da Memória e da Reminiscência. In: *A Memória, a História, o Esquecimento*. Ed. Unicamp, 2007. pp. 22 – 150.

RODRIGUES, H. História do Tempo Presente: Problemática das Fontes. Acesso em 10 de Outubro de 2010. Disponível em <<http://www.poshistoria.ufpr.br/fonteshist/Helenice.pdf>>

ROUSSO, H. A História do Tempo Presente, vinte anos depois. In: PÔRTO, G. J. (org.) *História do Tempo Presente*, Edusc, Bauru, SP, 2007, p. 277 – 296.

SANTANA, A. La Revolucion Mexicana y su Repercusion em América Latina. In: *Latinoamerica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, n° 44. UNAM, México. pp. 103 – 127.

SILVA, H. R. “Rememoração” /comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n° 44, 2002, pp. 425 – 438.

VILLA, M. A. *A Revolução Mexicana*. Série Princípios. SP: Ed. Ática, 1993, p. 10 – 74.

<<http://www.bicentenario.com.mx>>

<<http://www.centenarios.unam.mx>>

<<http://www.senado2010.gob.mx>>

<<http://www.grupobicentenario.org>>

<http://www.gob.mx/wb/egobierno/egob_paginabajaresolucion>

<<http://www.bicentenario.gob.mx/bdbic/>>